

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Enfoques e Agendas

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
ENFOQUES E AGENDAS**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas na educação brasileira: enfoques e agendas /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
214 p. : 916 kbytes – (Políticas Públicas na Educação Brasileira;
v. 6)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-93243-79-0
DOI 10.22533/at.ed.790182703

1. Direitos humanos na educação. 2. Educação e Estado –
Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. I. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos
aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

EIXO 1: DIREITOS HUMANOS

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES DO SABER FILOSÓFICO

Tércio Ramon Almeida Silva e Patrícia Cristina Aragão 6

CAPÍTULO II

DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR E ORGANIZACIONAL – UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA DOCUMENTAL NA PARAÍBA

Raquel Martins Fernandes Mota, Jonas Cordeiro de Araújo, Rodrigo Ribeiro de Oliveira Pinto, Hiago Felipe Lopes e Amanda Silva de Lima 15

CAPÍTULO III

EMPREENDENDO A EXCELÊNCIA DOS VALORES HUMANOS NAS ESCOLAS DE IGARASSU: NÃO AO BULLYING, AUTOMUTILAÇÃO E QUALQUER FORMA DE DISCRIMINAÇÃO

Arlene Benício de Melo Alves 36

CAPÍTULO IV

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DETERMINANTES NO CONTEXTO FAMILIAR E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

Ronaldo Silva Júnior e Luciana Letícia Barbosa Silva Gomes 45

EIXO 2: GESTÃO

CAPÍTULO V

A COORDENAÇÃO DO 1º SEGMENTO NO CAP JOÃO XXIII/UFJF: A BUSCA DE UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA

Miriam Raquel Piazzzi Machado e Alesandra Maia Lima Alves 55

CAPÍTULO VI

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Maria Virlândia de Moura Luz, Erivana D’Arc Daniel da Silva Ferreira, Zélia Maria de Lima Pinheiro, Maria Cláudia Paes Feitosa Jucá, Rosiléa Agostinha de Araújo e José Cleóstenes de Oliveira 65

CAPÍTULO VII

NOÇÃO DE MARKETING EDUCACIONAL: A PARTIR DAS ATIVIDADES DA GESTÃO DA ESCOLA ESTADUAL FENELON CÂMARA

Ilda Andrade de Lima 78

CAPÍTULO VIII

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: UMA POLÍTICA DE APROXIMAÇÃO PARENTAL SOB A
ÉGIDE DA GESTÃO ESCOLAR?

Josilene Queiroz de Lima 88

EIXO 3: SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO IX

O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE A
IMPORTÂNCIA DO/A ASSISTENTE SOCIAL NOS PROCESSOS DE TRABALHO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Angely Dias da Cunha e Jéfitha Kaliny dos Santos..... 101

EIXO 4: SOCIOLOGIA E FILOSOFIA

CAPÍTULO X

A EDUCAÇÃO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Marineide da Mota Mercês e Maria do Carmo Barbosa Melo..... 118

CAPÍTULO XI

A INFLUÊNCIA DA SOCIALIZAÇÃO ACADÊMICA NA CONSTRUÇÃO DAS PERSPECTIVAS
DE APRENDIZAGEM

Ana Lucia Andruchak 133

CAPÍTULO XII

AS FILOSOFIAS E A FILOSOFIA DA PRÁXIS EM GRAMSCI: CONHECIMENTO E AÇÃO

Otacílio Gomes da Silva Neto 141

CAPÍTULO XIII

CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO PARA A ENFERMAGEM:
REFLEXÕES TEÓRICAS

Bruno Neves da Silva e Manoel Dionizio Neto 153

CAPÍTULO XIV

CINE DIÁLOGOS: CONTRIBUIÇÕES À ORGANIZAÇÃO DO CINEMA E AO USO DE FILMES
EM SALA DE AULA

Dannyel Brunno Herculano Rezende..... 163

CAPÍTULO XV

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DA REPRODUÇÃO NO SUCESSO ESCOLAR, SOB A
ÓTICA DA SOCIOLOGIA DO IMPROVÁVEL

Germana Lima de Almeida, Danielle dos Santos Costa e Constantin Xypas 175

CAPÍTULO XVI

O DESAFIO DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

*Ana Paula Ferreira Agapito, Adriano Amaro da Silva, Claudivania de Almeida
Laurentino, Fernanda Ramalho dos Santos Carvalho e Lielia Barbosa Oliveira*... 188

CAPÍTULO XVII

SUCESSO ESCOLAR IMPROVÁVEL: ASPECTOS DISTINTIVOS DE UMA TEORIA DA REPRODUÇÃO NO BRASIL

Danielle dos Santos Costa, Germana Lima de Almeida, Iuska Kaliany Freire de Oliveira e Constantin Xypas..... 196

CAPÍTULO XII

AS FILOSOFIAS E A FILOSOFIA DA PRÁXIS EM GRAMSCI: CONHECIMENTO E AÇÃO

Otacílio Gomes da Silva Neto

AS FILOSOFIAS E A FILOSOFIA DA PRÁXIS EM GRAMSCI: CONHECIMENTO E AÇÃO

Otacílio Gomes da Silva Neto

Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas
Monteiro – PB

RESUMO: Gramsci fez parte de um contexto marcado pela instabilidade social e política na Itália, entre as duas guerras mundiais. Ele vivenciou a exploração e miséria dos trabalhadores do campo e da cidade, e não se conteve em apenas observar aquela situação. Engajando-se na luta sindical e partidária, Gramsci foi de encontro ao conservadorismo italiano que tinha no fascismo então hegemônico, a convergência ideológica e política capaz de manipular as massas para manter aquele *status quo*. Mesmo perseguido e encarcerado pelos fascistas italianos, Gramsci não se permitiu a abandonar a sua luta política em vista da transformação da sociedade. As suas teses destoavam de alguns revisores do marxismo, como os defensores daquilo que Gramsci entende por bizantinismo e reformistas. Para ele, o bizantinismo e o reformismo promoviam uma ruptura entre teoria e prática cuja consequência era a geração de conformismos entre a militância. Para romper com a fragmentação dos saberes, Gramsci propôs a filosofia da práxis, que era um tipo de filosofia marxista que unia epistemologia e política. O caminho para a filosofia da práxis passava pela valorização do saber do senso comum, também chamada de filosofia popular. Contudo, dada a carência desse saber ocasional em compreender a realidade de forma desagregada, era necessária a junção com métodos mais rigorosos de compreensão da realidade. Dessa forma, Gramsci ao unir conhecimento e ação favoreceu a formação de novos quadros de intelectuais para defenderem os anseios e a luta dos setores menos privilegiados, cujo objetivo era a formação de uma nova cultura política.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia da práxis, saberes, engajamento.

1. INTRODUÇÃO

Há oitenta anos o mundo perdia o pensador italiano Antonio Gramsci. Ele morreu em condições de saúde fragilizadas devido às circunstâncias sub-humanas nas quais foi submetido durante os nove anos de detenção arbitrária na Itália – entre 1928 e 1937 – à mando do governo fascista de Mussolini, o “ditador da burguesia” (GRAMSCI, 2011, p. 97). Portanto, ele foi tornado um preso político por não se conformar com o contexto de pobreza e miséria nos quais a grande massa de trabalhadores urbanos e rurais era atingida em sua época histórica.

Além de combater o fascismo que estava crescente na Europa, Gramsci também lutou em várias frentes, mesmo na prisão. *O Dicionário de política* de Bobbio (et all., 2004, p. 466) nos oferece uma compreensão sucinta do conceito de fascismo, segunda a qual:

Em geral, se entende por Fascismo um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por

parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; [...] pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa [...].

Gramsci também denunciava que o sistema capitalista era o grande responsável pela violência social que agredia a grande massa de proletariados, assim como não aceitava as respostas e soluções advindas das religiões tradicionais – como o catolicismo vigente – para o homem. Na verdade, todas essas ideologias davam suporte de uma forma ou de outra, à hegemonia do capitalismo ao não serem capazes de aniquilar a divisão presente na sociedade de classes. Pelo contrário, essas ideologias ainda que usassem uma retórica de cunho humanista e corporativista, endossavam essa divisão.

Feitas essas considerações preliminares, queremos destacar que o objetivo desse ensaio é o de apresentar as continuidades e descontinuidades entre a filosofia da práxis e outras concepções de mundo, fruto de saberes ocasionais e fragmentados ou crítico-reflexivos, na concepção gramsciana. A nossa metodologia para esse trabalho estará alinhada à pesquisa conceitual por meio de fontes bibliográficas que servirão de suporte para a discussão da temática. Nesse sentido, subdividiremos o ensaio em três tópicos: no primeiro apresentaremos a crítica gramsciana aos revisionistas do pensamento de Marx e Engels, uma vez que os autores do *Manifesto Comunista* exerceram profunda influência em Gramsci.

Em seguida, discutiremos as negativas consequências sociais e políticas de uma desagregação dos saberes nos quais envolve uma dicotomia entre a filosofia e o senso comum. Por último, apresentaremos a filosofia da práxis como princípio unificador da teoria e prática, assim como da necessária fusão entre os intelectuais e as massas populares, para a formação de uma hegemonia que contraponha a hegemonia capitalista vigente.

Como resultado, ao destacar o conceito de filosofia da práxis em conexão com outros saberes, o nosso escopo é o de apresentar que essa filosofia de cunho marxista é uma das partes essenciais da teoria sócio-política de Gramsci, por ser princípio de unidade ativa entre as consciências coletivas e a ação política, em vista da libertação das massas populares, cuja consequência seria a formação de uma sociedade sem classes.

2. A INFLUÊNCIA DE MARX E ENGELS E A CRÍTICA AOS REVISIONISTAS

Uma vez sensível às causas sociais e políticas vigentes, o pensamento de Marx e de Engels serviram de fonte e inspiração para as ideias de Gramsci. Ao revisar as ideias revolucionárias desses pensadores, Gramsci tratou de distinguir a sua leitura, de outras leituras e revisões pelas quais o pensamento dos autores do

Manifesto Comunista estaria sendo deturpado. Em resposta à essas distorções de leitura, Gramsci (2011, p. 65) foi enfático ao afirmar que: “A retórica vazia e o bizantinismo são uma herança permanente dos homens”.

Por “bizantinismo” Gramsci entende a tendência de se pensar a realidade social e histórica a partir de uma sobrevalorização da teoria em detrimento da prática. Desse modo, o bizantinismo parte da ideia segundo a qual as abstrações teóricas de cunho universalistas, por si só, seriam suficientes para dar conta da explicação da realidade, independentemente do contexto no qual elas seriam criadas. Conforme Gramsci (2011, p. 163): “Pode-se chamar de bizantinismo ou escolasticismo a tendência degenerativa a tratar as chamadas questões teóricas como se tivessem um valor em si mesmas, independentemente de qualquer prática determinada [...]”.

Com isso, ele quis dizer que, de um lado, uma retórica política sem ação revolucionária seria completamente inerte frente à urgência da situação pela qual vivenciava a classe trabalhadora. De outro, seria inútil acreditar que as especulações abstratas ainda que apoiem uma transformação futura da sociedade, por si só, confirmariam o surgimento de uma sociedade igualitária. Tratava-se, segundo Coutinho (*apud* GRAMSCI, 2011, p. 14) de uma crítica direta a dois grupos que faziam parte do Partido Socialista Italiano, em meados da década de 1920: os reformistas e os maximalistas.

Ao elaborarem a crítica da ordem social e econômica por meio do método dialético, os reformistas enfatizavam a restauração e a conservação dessa mesma ordem, em vez de optarem pelo caminho da revolução. Atitude que comprometia todo o caráter revolucionário do método dialético desenvolvido por Marx e Engels. O erro dos reformistas, para Gramsci, consistia na formulação de uma teoria que acabava por justificar a manutenção do *status quo* estabelecido pelo liberalismo econômico e político, conforme citação:

É uma ideologia que tende a enfraquecer a antítese, a fragmentá-la numa longa série de momentos, isto é, a reduzir a dialética a um processo de evolução reformista “revolução-restauração”, na qual apenas o segundo termo é válido, já que se trata de consertar continuamente (de fora) um organismo que não possui internamente os motivos próprios de saúde (GRAMSCI, 2011, p. 160-161).

A dialética no sentido marxista exprime um conflito permanente entre uma determinada ordem social predominante (tese), em combate com outra emergente (antítese) – não somente na ordem das ideias, mas, sobretudo, da história –. Portanto, a síntese dessa dialética histórica expressa a renovação radical da sociedade ou a total aniquilação das classes sociais em combate, conforme Marx e Engels (2006, p. 33-34):

A história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e companheiro, em uma palavra, opressor e oprimido, em constante oposição, têm vivido uma guerra ininterrupta, ora

disfarçada, ora aberta, que terminou sempre pela reconstituição revolucionária de toda a sociedade ou pela destruição das classes em conflito.

Já os maximalistas acreditavam que a revolução das massas em direção ao socialismo era algo inevitável. De acordo com o do ponto de vista maximalista, o caminho para a revolução já estava traçado e independia da vontade de particulares, de sindicatos ou da atuação de partidos políticos. Sendo assim, para a revolução irromper era apenas uma questão de tempo. Nas palavras do próprio Gramsci (2011, p. 102-103): “As massas – diz ele – não podem deixar de nos seguir, já que a situação objetiva as empurra para a revolução. Portanto, vamos esperar por elas, sem quebrar a cabeça com tantas manobras táticas e expedientes do gênero”.

Em outras palavras, a crítica de Gramsci aos revisionistas tinha como um dos focos centrais: impedir que as questões de ordem social e econômica fossem naturalizadas, como se não houvessem alternativas aos modelos hegemônicos em vigor, bem como a de afastar os conformismos daqueles que pensavam que as coisas se resolveriam por elas mesmas. Conforme Bosi (2010, p. 68): “Acusando o pensamento militante de ‘voluntarista’, a vulgata acabava desaguando na hipótese, antes conformista que realista, de que as coisas e as pessoas (transformadas em tipos) não teriam condições de mudar”. Do mesmo modo, a crítica de Gramsci também se dirigia para àqueles que acreditavam que o liberalismo político e econômico representasse o fim da história, e que não haveria “salvação” fora dele, ou alternativas para ele.

3. FILOSOFIA, SENSO COMUM E DESAGREGAÇÃO DOS SABERES

Comumente quando falamos de filosofia enquanto saber coerente, rigoroso, crítico e reflexivo sobre a realidade, nós a distinguimos do saber advindo do senso comum, cuja característica é a fragmentação, a carência de uma unidade lógica, saber este, portanto, desagregado. Acreditamos que há uma ordem hierárquica entre esses saberes na qual impõe aos indivíduos um caminho que deve ser percorrido de um para outro. Em outras palavras, há que se sair da compreensão ingênua do senso comum para chegar a uma consciência crítica da realidade, iluminada pelo conhecimento filosófico. Entendido dessa forma, é estabelecida uma distância enorme entre filosofia e senso comum.

Uma das consequências dessa ótica é a dicotomia radical feita entre: os intelectuais que conseguem por meio da razão ter uma suposta compreensão da realidade mais completa e abrangente, e as massas populares que detêm uma compreensão ingênua da vida. Estas, em sua ignorância, possuem um conhecimento obscuro, fantasmagórico e exíguo do mundo. Portanto, de um lado, nós temos o intelectual detentor do conhecimento, e do outro, o homem rústico, consumido pela ignorância.

Para Gramsci, contudo, essa dicotomia não é como um todo verdadeira, já que ele tem uma concepção ampla de filosofia, ou de filosofias. Gramsci parte

primeiramente da concepção de uma “filosofia espontânea” na qual todos os seres humanos compartilham. Desse modo, podemos entender a frase de Gramsci (2011, p. 128) segundo a qual, em certa medida: “todos os homens são ‘filósofos’”. Todos são filósofos porque todas as pessoas têm uma concepção de mundo diferenciada, de acordo com os agrupamentos sociais nos quais fazem parte. Essa mesma filosofia que é comum a todos, se faz presente, conforme citação:

1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modo de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore” (GRAMSCI, 2011, p. 128).

De acordo com essa concepção preliminar, a filosofia não é restrita a determinados grupos de iluminados nos quais só eles são capazes de entender essa forma de saber “difícil” e complexa, em comparação com os grupos menos privilegiados. À esta compreensão de mundo que é diferente em cada classe social, Gramsci também denomina de “filosofias”, conforme citação: “Com efeito, não existe filosofia em geral: existem diversas filosofias ou concepções do mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas” (GRAMSCI, 2011, p. 131). Nem sempre essa escolha é feita de forma consciente e crítica. Se assim fosse, o senso comum e, de certa forma a religião, não seriam parte dessas “filosofias”, já que há uma carência de criticidade naqueles saberes. Essa escolha pode acontecer inconscientemente sem ser necessário que se dê razões elucidativas para tal preferência.

Como resultado é preciso destacar que Gramsci não despreza o saber provindo do senso comum, já que não há separação entre uma filosofia “científica” e uma filosofia “vulgar”, mesmo quando esta é identificada como uma forma de saber aleatória e alienada da realidade. Há algumas características peculiares ao senso comum. Primeiramente, o senso comum é caracterizado como a “filosofia dos não filósofos”, que é aquela compreensão do mundo assimilada acriticamente quando imposta por líderes espirituais, comunitários, ou retóricas de cunho filosófico e político, nas quais impõem às massas populares um estado de “menoridade” em sentido kantiano, qual seja: “[...] a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo” (KANT, 2010, p. 63).

Por outro lado, o senso comum incorpora elementos de causalidade, ainda que de forma implícita, no tocante ao entendimento da realidade histórica. Gramsci entende que durante a luta filosófica dos séculos XVII e XVIII contra a escolástica, os intelectuais viram no senso comum: “[...] uma certa dose de ‘experimentalismo’ e de observação direta da realidade, ainda que empírica e limitada” (GRAMSCI, 2011, p. 148).

Numa crítica ao livro de Bukharin cognominado por Gramsci (2011, p. 356) de “Ensaio popular”, o pensador italiano argumenta que aquele autor deveria partir da compreensão de senso comum, cuja característica fundamental é: “[...] o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente,

inconsequente, adequada à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia” (GRAMSCI, 2011, p. 148). O erro de Bukharin consistiu em promover um rompimento entre uma filosofia “original” provinda das massas, com o pensamento advindo da alta cultura.

Para Gramsci, apesar de as massas populares desconhecerem os sistemas sociais e econômicos construídos geralmente pelos estratos mais privilegiados da sociedade, aqueles exercem sobre elas uma hegemonia sutil, capaz de manipulá-las, sem que as mesmas tenham uma consciência crítica radical dessa manipulação, conforme citação:

Estes sistemas influem sobre as massas populares como força política externa, como elemento de força coesiva das classes dirigentes, e, portanto, como elemento de subordinação a uma hegemonia exterior, que limita o pensamento original das massas populares de uma maneira negativa, sem influir positivamente sobre elas, como fermento vital de transformação interna do que as massas pensam, embrionária e caoticamente, sobre o mundo e a vida (GRAMSCI, 2011, p. 149).

Consequentemente, não apenas há uma separação arbitrária entre os saberes e suas formas de compreensão do mundo, como também existem determinadas formas de saber que terminam por exercer sua hegemonia sobre a outra. Nesse caso, o senso comum acaba absorvendo ainda que inconscientemente, tanto os abstratos sistemas da filosofia tradicional, quanto as ideologias religiosas. Nada indica que as massas populares uma vez guiadas por um saber ou por outro, um dia serão sujeitos da história, pois sua forma de compreender o mundo estará sempre manipulada por agentes externos, mantenedores da ordem vigente.

Embora coerente e dotado de rigor metodológico, o saber advindo das filosofias tradicionais de cunho especulativo, geralmente reflete o pensamento de grupos privilegiados, portanto, são ineficazes para uma radical mudança social. De outro lado, embora o saber advindo do senso comum seja dotado de paixão e vontade – qualidades imprescindíveis para uma revolução –, ele é cego e acrítico, pois a prática resultante dessa vontade é canalizada para objetivos estranhos aos reais interesses das massas populares. Conforme Gramsci (2011, p. 202): “O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, menos ainda, ‘sente’”. Pela carência de rigor crítico, a ação política das massas torna-se facilmente manipulada de acordo com os interesses dos grupos dominantes. Nessa perspectiva, não há mudanças radicais, ou seja, os pobres continuarão na miséria enquanto sustentam as regalias dos ricos.

Para solucionar tanto os limites advindos de um abstracionismo intelectualizado quanto de um ativismo desmedido e acrítico, Gramsci, revisando Marx e Engels, propõe a filosofia da práxis. Antes fragmentados, portanto, sem conexões entre si, Gramsci entende que esses saberes podem fazer parte de um bloco só. Assim, eles precisam ser unificados, não apenas em vista de uma melhor compreensão do mundo, mas também visando uma ação coletiva, ao reunir os intelectuais e as massas populares, para a transformação da sociedade.

4. A FILOSOFIA DA PRÁXIS É A “FILOSOFIA EM AÇÃO”

Ao defender a filosofia da práxis, o objetivo de Gramsci é o de unir teoria e prática, uma vez que ele constatou rupturas entre um e outro saber, por parte dos revisionistas da obra de Marx. Este, para Gramsci é o fundador da filosofia da práxis. Não se trata, portanto, de invalidar o saber provindo do senso comum, tendo em vista que a filosofia da práxis parte dele, nem tampouco descredenciar a tradição filosófica. O que ele questiona, de um lado, é a carência de uma reflexão crítica presente no senso comum, e de outro, os sistemas filosóficos que servem de instrumento de poder das classes dirigentes sobre a classe dirigida. Em geral, esses sistemas são construídos a partir de atividades solitárias de intelectuais e pensadores, no que se traduz em uma distância entre o intelectual e as massas populares.

Contudo, mesmo distante das massas, a atividade intelectual não deixa de ser política, pois os intelectuais sempre estão diretamente associados a classes sociais, já que para Gramsci, não existe homem fora da história e ausente de agrupamentos sociais. Para ele, o homem é um ser naturalmente político, e por isso, não se pode esquecer dos reais elementos primordiais da política nos quais todos estamos envolvidos, conforme citação: “O primeiro elemento é que governados e governantes, dirigentes e dirigidos existem realmente. Toda ciência e arte política se baseia nesse fato primordial, irreduzível (em determinadas condições gerais)” (GRAMSCI, 2012, p. 11).

Portanto, os intelectuais não são neutros, assim com o pensamento que eles criam também não o são. Eles fazem parte ou da classe dirigente, ou da classe dirigida. Podem haver casos nos quais os intelectuais da classe dirigida são comprometidos com o poder da classe dirigente, ainda que esse compromisso não seja feito de forma deliberada. O fato é que a história demonstra que há uma forte conexão entre os intelectuais e a defesa da ideologia das classes dominantes, conforme citação:

Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (GRAMSCI, 2001, p.18-19).

Pouco adianta um homem ser esclarecido e atingir a maioria no sentido kantiano, se este não se identifica com nenhuma classe social, mesmo sendo parte de uma delas. A filosofia da práxis não é a filosofia de um só, ela não é consequência de uma produção intelectual individualista, a menos que essa produção esteja a serviço da emancipação das massas populares. Uma vez posta em ação, a filosofia da práxis une o elemento popular e o intelectualizado. Ela reúne a inteligência do filósofo à vontade das massas, e ambas se tornam uma unidade ativa, conforme citação:

Deduz-se daí, também, que o caráter da filosofia da práxis é sobretudo o de ser uma concepção de massa e de massa que opera unitariamente, isto é, que tem normas de conduta não só universais em ideia, mas também “generalizadas” na realidade social. E a atividade do filósofo “individual” só pode ser concebida, portanto, em função de tal unidade social, ou seja, também ela como política, como função de direção política (GRAMSCI, 2011, p. 196).

Para Gramsci, não há filosofia sem história, assim como não há história sem luta de classes, portanto, as filosofias não estão ausentes da luta política. É no campo das contradições e conflitos entre classes, que os intelectuais são agentes da classe social subordinada, ou da outra classe social dirigente. Por exemplo, assim como há os intelectuais que defendem a ideologia burguesa e capitalista, há os intelectuais que defendem a classe proletária, conforme Marx (2001, p. 111): “Do mesmo modo que os *economistas* são os representantes científicos da classe burguesa, os *socialistas* e os *comunistas* são os teóricos da classe proletária”.

Um dos focos principais de Gramsci é o de evitar a desagregação dos saberes, assim como o de unir os intelectuais aos setores desfavorecidos da sociedade de classes. Ambos, intelecto e vontade coletiva, formam uma força hegemônica poderosa capaz de abalar qualquer infraestrutura econômica, assim como, enfrentar qualquer hegemonia dominante, conforme citação: “A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam” (GRAMSCI, 2011, p. 137).

Uma vez que a filosofia da práxis se popularizar, os grupos economicamente desfavorecidos deixarão a condição de serem marionetes sujeitas à ação das forças naturais ou políticas, e passarão a ser protagonistas. Momento no qual toda a estrutura da sociedade burguesa será demolida, validando as palavras de Marx e Engels (2006, p. 46): “O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os outros partidos proletários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado”. O objetivo de Gramsci é o de emancipar as massas populares, de todo e qualquer determinismo histórico imposto pela ideologia religiosa, ou provindo de filosofias especulativas e científicas.

O exercício crítico e reflexivo permanente sobre a situação real, fará as massas identificarem qual é a sua posição social na história, e quais são os motivos sociais e econômicos que as empurraram para o “andar de baixo”. Atitude esta que evitará conformismos e instigará as mesmas para o embate contra toda forma de exploração e miséria nas quais as mesmas foram lançadas. A filosofia da práxis de Gramsci nos mostra que uma prática racionalizada aliada à uma teoria concreta são dois fatores essenciais na luta pela derrocada do capitalismo, conforme citação: “A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional” (GRAMSCI, 2011, p. 163).

Portanto, uma das tarefas essenciais dessa filosofia em ação, que une os intelectuais às massas populares, é a de formar quadros de formação ideológica

para se contraporem a hegemonia ideológica em vigor. Dito de outro modo, trata-se de um processo de criação de ideologias advindas de uma maioria de setores desfavorecidos da sociedade, para combater ideologias que sustentam o *status quo* das camadas mais privilegiadas dessa mesma sociedade. Como consequência, em qualquer conjuntura social e econômica, não haverá espaço para a naturalização das relações sociais que legitima a divisão da sociedade de classes. E, quanto às camadas populares menos favorecidas, a sua passividade cederá lugar à crítica, e o seu conformismo será substituído pela luta.

5. CONCLUSÃO

A filosofia da práxis tem como finalidade evitar a ruptura entre os saberes, por Gramsci entender que essa cisão é reflexo da divisão de classes, portanto é um problema menos epistemológico que político. Enquanto uma classe é agraciada pela alta cultura filosófica e científica, a outra é relegada à ignorância, restando-lhe o trabalho alienado como alternativa. Ao tempo em que a classe dirigida constrói uma concepção de mundo acrítica e desagregada, intelectuais e pensadores constroem um saber com rigor lógico. Porém, devido à complexa cadeia de abstrações em volta desse saber, ele termina por não satisfazer a compreensão dos reais problemas sociais e econômicos vivenciados pelas massas populares.

O senso comum tem seus limites. As massas não farão a revolução guiadas por saberes desagregados ou manipulados por agentes estranhos a elas. Falta-lhes a teoria de caráter revolucionário para instigar-lhes à ação. Da mesma forma, um racionalismo especulativo é tão ineficaz para a transformação social, quanto as retóricas revolucionárias vazias, que acreditam em um determinismo revolucionário das massas. Esses são traços de descontinuidade entre essas “filosofias” e a filosofia da práxis.

Por outro lado, ao reunir teoria e prática, a filosofia da práxis junta o que há de melhor nesses outros saberes: a crítica filosófica de caráter histórico e dialético que leva ao desmascaramento da real situação de opressão e exploração dos grupos desfavorecidos; e a ação e vontade das massas populares nas quais uma vez críticas da própria situação de miséria, se erguerão contra as classes favorecidas. Isso implica numa desnaturalização das relações sociais, cujos efeitos apontam para uma rejeição aos conformismos e fixações das condições históricas e políticas.

Do mesmo modo, a emergência de uma nova classe de filósofos e intelectuais à serviço das massas, resultará numa filosofia que expressará os anseios reais das classes dirigidas em vista de sua emancipação. O terreno estará pronto para a formação de uma nova hegemonia para se contrapor ao grupo hegemônico dominante. Desse modo, a filosofia da práxis uma vez popularizada, preparará a revolução.

Ao ser um militante político aliado à um engajamento intelectual em vista das transformações sociais, Gramsci fez uma opção que determinou o rumo de sua vida. Sua luta “filosófica” unia a crítica ao sistema capitalista hegemônico e à exigência

da criação de uma nova cultura, na qual houvesse a libertação concreta da vida humana, cujo resultado seria a formação do socialismo por meio de um processo revolucionário. Em outras palavras, seus anseios visavam a constituição de uma revolucionária cultura política por meio da universalização da filosofia da práxis, em vista de uma sociedade sem classes, radicalmente alinhada à emancipação do humano.

Se as aspirações de Gramsci não forem suficientes aos olhos de alguns leitores, elas deveriam servir de inspiração para muitos jovens em busca de referenciais, a fim de se combater uma cultura marcadamente egoísta, consumista, injusta e desigual. A coerência entre a vida e a obra de Gramsci é uma opção autêntica para uma juventude desiludida e desorientada, em volta das vitrines do consumismo e perigosamente atraída pelo emergente discurso fascista.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale [et. all]. 12ª ed. São Paulo: Editora UNB – Imprensa oficial, 2004 (vol. 1).

BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia: temas e variações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. **O manifesto comunista**. Tradução de Débora Landsberg. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v.2.

_____. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Organização e introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Poder, política e partido**. Tradução de Eliana Aguiar. Organização e introdução de Emir Sader. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2012.

KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Tradução de Raimundo Vier [et. all]. Introdução de Emanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon**. Tradução de Paulo Ferreira Leite. São Paulo: Centauro, 2001.

ABSTRACT: Gramsci was part of an Italian political and social context marked by instability during the period between the First and Second World Wars. He himself had experienced the exploitation and misery suffered by rural and urban workers,

and was not satisfied with simply observing their situation. By engaging in workers' and sectarian movements, Gramsci confronted Italian conservatism whose Fascist hegemony had the ideological and political convergence capable of manipulating the masses to maintain the status quo. Even when persecuted and imprisoned by the Italian Fascists, Gramsci did not abandon his political struggle with the view to transform society. His theses clashed with the ideas of some Marxist commentators whom Gramsci understood as Reformists and defenders of Byzantinism. To Gramsci, Byzantinism and Reformism generated ruptures between theory and practice and consequently produced a generation of conformists among militants. In order to break away from this fragmentation of knowledge, Gramsci proposed a philosophy of praxis, a line of Marxist philosophy that unites epistemology and politics. One arrives at a philosophy of praxis through the valorization of the knowledge of common sense. However, the lack of this knowledge—which occasions a disaggregated understanding of reality—necessitates its joining with more rigorous methods of comprehending reality. By uniting knowledge and action in this way, Gramsci favored the formation of new groups of intellectuals to defend the yearnings and struggles of the less privileged sectors, and whose objective was the formation of a new political culture.

KEYWORDS: Philosophy of praxis, knowledge, engagement.

Sobre os autores

Adriano Amaro da Silva Graduando em Serviço Social pela Faculdades Integradas de Patos (FIP); E-mail para contato: adrianoamaro100@gmail.com

Alessandra Maia Lima Alves Professora do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora, Membro do corpo docente do Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública – CAEd/UFJF; Coordenadora do Grupo de Estudo Sistema de Ensino-Gese/UFJF; Graduada em Pedagogia pela Universidade de Viçosa; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; e-mail: alesandramaia@bol.com.br

Amanda Silva de Lima Advogada OAB/PB; Graduação em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista voluntária no projeto: Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de agentes de combate a vulnerabilidades sociais; E-mail para contato: mandalimasl@gmail.com;

Ana Lúcia Andruchak, Professora Assistente na UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso. Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1994). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2007). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016). Pesquisadora na Área da Formação de Professores, Currículo, Ciclos de Formação Humana, Políticas Educacionais e Financiamento da Educação. Tem experiência na área da Educação Básica e na Formação docente, atuando principalmente nas seguintes temáticas: Didática, Currículo, Estágio Curricular Supervisionado, Metodologia Científica, História da Educação, Educação Infantil, Unidocência e disciplinas específicas para a Formação Docente.

Ana Paula Ferreira Agapito Professora das Faculdades Integradas de Patos (FIP); Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail para contato: anaagapito@fiponline.edu.br ou anaagapito@hotmail.com

Angely Dias da Cunha Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECON) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – E-mail: gelly.cunha@hotmail.com

Arlene Benício de Melo Alves Professora da Educação Básica pela Prefeitura do Recife – PE; Coordenadora Municipal do Ensino Fundamental – Anos finais em

Igarassu – PE; Graduada em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco – UPE; Pós-graduada em Psicopedagogia pela mesma instituição; Também apresenta especialização em Educação Especial Inclusiva; Já atuou como Orientadora de Estudo do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). E-mail: arlenebenicio@gmail.com

Bruno Neves da Silva Graduação em Bacharelado em Enfermagem pelo Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cajazeiras-PB. E-mail para contato: ufcgbruno@gmail.com.

Claudivania de Almeida Laurentino Graduanda em Serviço Social pela Faculdades Integradas de Patos (FIP); E-mail para contato: claudivania.almeida@hotmail.com

Constantin Xypas Professor Visitante da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas-PPGCISH/UERN; Licenciatura em Humanidades (Letras clássicas, História e Filosofia) da Universidade de Atenas, Grécia (1972); Graduação (1974), Mestrado (DEA) (1976) e Doutorado (1978) em Ciências da Educação na Universidade de Caen, França; Habilitation à Diriger des Recherches (Pós-Doutorado) em Ciências da Educação da Universidade de Paris 8, França (1999); membro da Rede Interdisciplinar e Interinstitucional Êxito Escolar, Empoderamento e Ascensão Social (RIEAS).

Danielle dos Santos Costa Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, *Campus* Santa Maria da Boa Vista; Graduação em Letras – Língua Inglesa e Respectivas Literaturas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Dannyel Brunno Herculano Rezende Professor de Sociologia do Estado do Rio Grande do Norte (SEEC/RN) e Professor-Supervisor do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência / PIBID (Capes/UFRN). Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte / UFRN. Doutorando em Ciências Sociais pela mesma universidade (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / PPGCS). Membro do Grupo de Pesquisa Mythos-Logos / UFRN. Áreas de interesse de pesquisa: Educação, Religião e Política (interfaces: Mídia e Política e Religião e Política). [E-mail: drezende@bol.com.br](mailto:drezende@bol.com.br)

Erivana D'Arc Daniel da Silva Ferreira Assistente em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro do corpo técnico-administrativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), *campus* Cariri; Especialização em Prática Docente no Ensino Superior pela Faculdade Integrada de Patos (FIP), Crato-CE; Mestranda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do

Cariri (UFCA); – Grupo de pesquisa: Tecnologia Ambiental e Desenvolvimento Social; Ciências Aplicadas e Tecnologia (IFCE/*campus* Juazeiro do Norte); E-mail para contato: erivanadarc@gmail.com.

Fernanda Ramalho dos Santos Carvalho Graduada em Serviço Social pela Faculdades Integradas de Patos (FIP); E-mail para contato: fernandarmh@hotmail.com

Germana Lima de Almeida Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Bolsista da Fundação Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Hiago Felipe Lopes Graduação em andamento em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa, campus João Pessoa; E-mail para contato: hiagolog@gmail.com

Ilca Andrade de Lima Especialização em Educação Infantil pela Universidade Federal da Paraíba; Graduação em Pedagogia, pela Universidade Federal da Paraíba; E-mail: ilca.adelima@hotmail.com

Iuska Kalianny Freire de Oliveira Graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Especialização em Assessoria de Imprensa pela Universidade Potiguar (UnP); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Jéfitha Kaliny dos Santos Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECON) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – E-mail: jeh_fitha@hotmail.com

Jonas Cordeiro de Araújo Graduação em andamento em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa, campus João Pessoa; Bolsista voluntário no projeto: Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de agentes de combate a vulnerabilidades sociais; E-mail para contato: jonas.adm2014@gmail.com

José Cleóstenes de Oliveira Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA), *campus* Crato-CE; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Prática Docente do Ensino Superior das Faculdades Integradas de Patos-PB; Graduado em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato-CE; Pós-Graduado *Lato Sensu* em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado

de Oliveira (UIVERSO), Niterói-RJ; Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Cariri (URCA), *campus* Crato-CE; E-mail para contato: j.cleostenes@outlook.com

Josilene Queiroz de Lima Supervisora Educacional na rede municipal de Catolé do Rocha – PB. Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro do Grupo de Pesquisa Ateliê Sociológico Educação & Cultura. E-mail para contato: supervisorajosi@gmail.com

Liélia Barbosa Oliveira Professora das Faculdades Integradas de Patos (FIP); Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); E-mail para contato: lieliaoliveira@fiponline.edu.br ou lieliapb@hotmail.com

Luciana Letícia Barbosa Silva Gomes É natural de São Luís – MA. Graduada em Pedagogia pela Universidade Ceuma (UNICEUMA), Especialista em Psicopedagogia e graduanda de Direito pela Universidade Ceuma (UNICEUMA).

Manoel Dionizio Neto Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia e Educação (GEPEFE) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaço e Tempo (GET); e-mail para contato: dionizioneto@uol.com.br.

Maria Cláudia Paes Feitosa Jucá Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialista em Questões de Gênero e Educação para Cidadania pela Universidade de Évora-Portugal, revalidado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestrado em Educação pela Universidade de Évora-Portugal, revalidado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); E-mail para contato: claudiafjuca1@hotmail.com

Maria do Carmo Barbosa de Melo Doutora em Educação, área de conhecimento de Metodologia do Ensino da História e das Ciências Sociais, pela Universidade do Minho (2007). Professora Adjunta M03 – II C, da Universidade de Pernambuco, no âmbito da Graduação e da Pós-Graduação. Scrito-Sensu, Coordenadora Geral do PARFOR – UPE. Presidente regional do FORPARFOR Nordeste, atuando principalmente nos seguintes temas: História e Cultura Afro-brasileira nas práticas pedagógicas; Concepções e práticas do Ensino de História e Consciências História/Consciência Social e História Ambiental.

Maria Viriândia de Moura Luz Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte;- Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia e graduação em Bacharelado em Comunicação Social, ambas pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), *campus* de Picos; Especialização em Gestão Educacional pela Faculdade Integrada de Patos (FIP), Crato-CE; Mestranda em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); E-mail para contato: virlandialuz@gmail.com

Marineide da Mota Mercês Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte. Especialista em Psicologia Jurídica e Graduada do Curso Formação de Professores em Psicologia pela Faculdade FRASSINETTI do Recife – FAFIRE. Colaboradora da Comissão de Educação do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco 2ª Região – CRP 02. Psicóloga do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – Limoeiro – PE.

Miriam Raquel Piazzini Machado Professora Titular do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora; Membro do corpo docente da Especialização em Educação no Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação pelas FCT/Unesp – Campus Presidente Prudente; Doutorado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis; E-mail para contato: miriam.machado@ufjf.edu.br

Otacílio Gomes da Silva Neto Professor da Universidade Estadual da Paraíba; Graduação em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (2003); Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal (2005); Doutorado pelo Programa Integrado de Doutorado em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal de Pernambuco (2017); Membro da Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII; E-mail: otacilio.uepb@hotmail.com

Patrícia Cristina de Aragão Doutora em educação; Mestre em economia; Graduação em história; Graduação em psicologia; Professora do programa de pós-graduação em formação de professor; Professora do programa de pós-graduação em serviço social; Coordenadora do grupo de pesquisa história, cultura e ensino.

Raquel Martins Fernandes Mota Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa (cooperação técnica) / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (instituição de origem); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino da Universidade de Cuiabá e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso; Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Pós Doutorado em andamento em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba; Grupo de pesquisa: Humanidades e

Sociedade Contemporânea do IFMT; E-mail para contato: raqueldejesus14@gmail.com

Rodrigo Ribeiro de Oliveira Pinto Graduação em andamento em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa, campus João Pessoa; Bolsista voluntário no projeto: Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de agentes de combate a vulnerabilidades sociais; E-mail para contato: rrsrgt24@gmail.com

Ronaldo Silva Júnior É natural de São Luís – MA. Graduado em Direito pela Universidade Ceuma (UNICEUMA), Especialista em Direito Penal e Direito do Consumidor pela Universidade Estácio de Sá. Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA/Campus Pinheiro.

Rosiléa Agostinha de Araújo Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialista em Língua, Linguística e Literatura pela Faculdade São Francisco da Paraíba (FASP); Grupo de Pesquisa: Vivências de Inclusão na Educação; E-mail para contato: leia.uece@hotmail.com

Tercio Ramon Almeida Silva licenciatura plena em filosofia pela uepb; especialista em fundamentos da educação pela uepb; especialista em educação em direitos humanos pela UFPB; Mestre em formação de professores pela UEPB; Professor da rede pública estadual da Paraíba lotado na escola jornalista José Leal Ramos em São João do Cariri-PB; Supervisor do PIBID diversidade da UFCG CDSA campus Sumé-PB

Zélia Maria de Lima Pinheiro Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Letras pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras - FECLI/Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialização em Literatura Brasileira pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato-CE; Mestrado em Teologia, linha de pesquisa Educação Comunitária para Infância e Juventude, pela Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, RS; E-mail para contato: zeliamlp@gmail.com

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-79-0



9 788593 243790